



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **9 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 15 de julho de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO Uma LDO mal-arrumada	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO A indústria tem ainda boas perspectivas em 2011	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Estudo do Imazon prevê aumento do desmate na Amazônia até julho de 2012	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Governadores não querem redução do ICMS proposta pela Fazenda	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA CÂMARA Projeto Câmara Quer Te Ouvir está em Manaus nesta manhã	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Fazenda quer que Dilma vete pontos da LDO para 2012.....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRÍTICA Cientistas querem nova legislação para ciência, tecnologia e informação	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
JORNAL DAS CALDAS Delegação da Amazônia no CENCAL.....	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PANORAMA ECONÔMICO Miriam Leitão	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Uma LDO mal-arrumada		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Há boas novidades na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada pelo Congresso, mas o conjunto é uma colcha de retalhos mal recortados e mal costurados. A emenda mais audaciosa propõe a eliminação total do déficit público em 2014 e indica metas intermediárias. Mas a presidente Dilma Rousseff, segundo fontes do governo, deverá vetar esse dispositivo - e poderá alegar razões ponderáveis para justificar essa decisão. Outra emenda bem-intencionada obriga o Executivo a incluir no Orçamento e a submeter ao Congresso toda emissão de títulos para transferir dinheiro a instituições federais de crédito, como o Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**). Mas o texto inclui também propostas perigosas para as finanças públicas. Uma delas autoriza a concessão de aumento real para quem recebe aposentadoria acima de um salário mínimo. Outra limita o prazo para o Tribunal de Contas da União (TCU) recomendar a paralisação de obras com indícios de irregularidades.

A LDO fixa as linhas gerais para a elaboração da proposta orçamentária. Todo ano essa proposta é enviada ao Congresso até o fim de agosto. Raramente, no entanto, a tramitação da LDO é aproveitada para a introdução de melhoras na política fiscal e na gestão dos programas de governo. Desta vez, houve algumas tentativas interessantes, mas de resultados incertos. A proposta mais bem elaborada, de autoria do senador Aécio Neves (PSDB-MG), servirá - se escapar do veto presidencial - para disciplinar a participação do Tesouro nas operações dos bancos federais. Não é preciso gastar muitas palavras em defesa dessa emenda, depois da estapafúrdia tentativa de envolver o **BNDES** na fusão do Pão de Açúcar com a rede francesa Carrefour. Mas a proposta do senador é **importante** também por tornar obrigatório um registro mais claro do endividamento público.

A proposta de eliminação total do déficit público até 2014, apresentada pelo deputado Cláudio Cajado, serve a um bom propósito, mas é deficiente na formulação. É uma boa ideia fixar a meta fiscal em termos nominais, isto é, levando em conta o pagamento dos juros da dívida pública. Mas o equilíbrio total só será alcançado, por definição, quando o superávit primário for suficiente para o pagamento dos juros. É preciso, portanto, traçar um roteiro para a obtenção desse

resultado primário. Isso envolve a fixação de critérios para a evolução dos gastos públicos.

Não basta vincular a evolução do custeio da máquina pública à expansão dos investimentos, até porque o governo investe uma parcela muito pequena do orçamento. O valor investido pode aumentar consideravelmente de um ano para outro, sem um esforço excepcional, e isso legitimaria a expansão do custeio. Serão necessárias soluções muito mais complexas e mais sofisticadas para se impor uma disciplina maior às despesas correntes.

Faltam prática e preparo para a apresentação de emendas construtivas, mas sobra experiência para a formulação de ideias contrárias à boa gestão das finanças públicas. A proposta de negociação de aumento real para aposentadorias superiores ao salário mínimo, de autoria do senador Paulo Paim, é um exemplo de inconveniência. Iniciativas desse tipo atraem a simpatia de muita gente, mas muito raramente se discute de onde sairá o dinheiro. Da receita da Previdência?

Também sobram prática e talento para propor a destinação de recursos do **Ministério** da Cultura para a realização de festas e espetáculos por entidades privadas - desde que se trate de eventos promovidos sem interrupção há cinco anos, no mínimo. Só com uma boa vontade quase inimaginável é possível considerar essa ressalva um sinal de seriedade.

A LDO também autoriza o governo a continuar descontando da meta de superávit primário o dinheiro investido no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse expediente, em uso há alguns anos, é evidentemente uma forma de enfeitar as contas públicas e de disfarçar o rombo fiscal. Para investir mais sem aumentar o desequilíbrio de suas finanças o governo deve simplesmente poupar mais. Mas a ideia de gastar melhor e de aumentar a poupança pública permanece fora da agenda oficial.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO A indústria tem ainda boas perspectivas em 2011		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) para o mês de maio apresentou crescimento dessazonalizado de 0,17% em relação ao mês anterior, e de 3,92% no ano. Com base nesses dados falou-se de queda do crescimento. Seria mais exato falar em ritmo de crescimento menor que nos meses anteriores, pois 3,92% nos cinco primeiros meses estão dentro das previsões de um **PIB** de 4% para o ano. É bem razoável, e pode tornar-se excessivo, se, como se teme, os reajustes salariais no segundo semestre superarmos ganhos de produtividade, pressionando a demanda doméstica.

Ontem foi divulgado o primeiro indicador de **produção** industrial do mês de junho, o da Fiesp, relativo ao Estado de São Paulo, que responde por 40% da **produção** dos bens manufaturados no País. Deu-se grande destaque ao recuo de 0,13% no nível do emprego na indústria paulista, segundo dados dessazonalizados.

Não se pode esquecer que no primeiro semestre foram gerados 116.500 empregos e que, em valor absoluto, se registrou uma redução de apenas 500 empregos em junho. A situação varia muito conforme os setores de **produção** que se analisam. No mês de junho, 11 apresentaram aumento de empregos, 9 tiveram redução e 2 permaneceram estáveis. Este é um quadro que não autoriza que se fale em recessão. Temos de considerar que os setores que mais cresceram são

justamente os que pagam salários mais elevados (equipamentos de informática, produtos eletrônicos, petróleo), enquanto os que acusaram queda (depois da alta para o Dia das Mães, em maio) são os de salários mais baixos (têxtil, calçados).

Não há dúvida que a indústria não cresce tanto quanto o **comércio** varejista (7% em cinco meses), em função do processo de relativa desindustrialização vinculado à valorização excessiva do real, que favorece a **importação**, enquanto a **exportação** de bens manufaturados é cada vez mais dificultada. A demanda está um pouco contida pela alta de preços, num país que se torna um dos mais caros no mundo.

Convém, mesmo lamentando a participação sempre maior dos produtos **importados**, levar em conta as perspectivas da demanda doméstica, que deverão afetar positivamente a **produção** industrial. A campanha por aumentos salariais das grandes categorias está começando e os sindicatos, numa situação de quase pleno emprego, buscarão obter reajustes. A cima de uma inflação que, em 12 meses, vai alcançar o ponto mais alto da curva, enquanto as empresas, por sua vez, percebem que num quadro inflacionário poderão aumentar seus preços.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Estudo do Imazon prevê aumento do desmate na <u>Amazônia</u> até julho de 2012		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ao longo de um ano, 7.134 km² de florestas deverão ser derrubadas, um crescimento de 10,5% em relação ao período 2009-2010; sistema de previsão é importante para que o governo possa intensificar o combate ao desmatamento, afirma especialista

Afra Balazina - O Estado de S.Paulo

Um estudo do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) mostra que o desmatamento do bioma deve subir no período de agosto deste ano a julho de 2012. A maior parte das florestas sob risco está no Pará.

O boletim, obtido com exclusividade pelo Estado, estima para o período analisado uma taxa de desmatamento anual de 7.134 km² - um aumento de 10,5% em relação ao observado em 2009/2010, quando foram destruídos 6.451 km² de floresta.

A previsão reflete as últimas informações sobre desmatamento, que apontam alta no corte de árvores da Amazônia (mais informações nesta página).

De acordo com o estudo, as áreas com maior probabilidade de desmatamento se concentram ao longo das Rodovias Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163), além da região da Terra do Meio, no Pará.

O mapeamento foi feito por meio de um modelo computacional que levou em conta o padrão do desmatamento ocorrido no passado na Amazônia e as condições de acesso às áreas.

O pesquisador do Imazon Márcio Sales, estatístico e mestre em geografia pela Universidade da Califórnia em Santa Barbara (EUA), explica alguns fatores incluídos nesse modelo. A distância para estradas e rios navegáveis é importante, pois, quanto mais perto deles, mais fácil é para chegar ao local e escoar a madeira explorada.

A topografia das áreas também foi observada - áreas com muita declividade são mais difíceis de aproveitar para outras atividades, como agricultura.

O Amazonas, por exemplo, aparece no levantamento com risco baixo de desmate. "O Estado não tem histórico forte de desmatamento e grande parte das florestas ainda está em regiões de difícil acesso", conta Sales.

As áreas mais problemáticas são as privadas - correspondem a 65% das que estão sob risco. Os assentamentos aparecem em segundo lugar (24%).

Os três municípios que mais preocupam estão no Pará. No primeiro, Pacajá, podem ser desmatados 250 km² - o equivalente a metade do município de Bertiooga (SP). Altamira pode perder 170 km² de floresta (área maior que o município de Guarujá) e São Félix do Xingu, 140 km² (área semelhante à de Cubatão).

Importância. Para o consultor Tasso Azevedo, ex-diretor do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), o estudo segue uma linha muito importante: a de "antecipar o desmatamento".

Ele lembra que já temos o Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes), que dá a informação do passado. Ele mede, desde 1998, as taxas anuais de desmatamento da floresta. E há outros dois programas que ajudam a ver, com satélites, o desmatamento no presente - o Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (Deter), do Governo Federal, e o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), do Imazon.

"Este estudo dá a informação do futuro. Com isso, temos um sistema muito robusto como ferramenta para intensificar o combate ao desmatamento", afirma.

O pesquisador do Imazon concorda. "A ideia é que esses dados façam parte da caixa de ferramentas

do controle do desmatamento", diz Sales, ressaltando que as áreas com maior risco devem ser priorizadas pelo governo.

O **Ministério** do Meio Ambiente preferiu não comentar o estudo, "por considerar que ainda não foi divulgado oficialmente". O Estado do Pará não respondeu até o fechamento desta edição.

PARA LEMBRAR

Em maio houve o desmate de 267,9 km² na **Amazônia**, segundo o sistema Deter, do Inpe. O aumento foi de 144,4%, comparado ao mesmo mês de 2010. Mas a situação foi ainda pior em março e abril - o desmate chegou a 480,3 km² só em Mato Grosso. Com a explosão, o governo criou um gabinete de crise e intensificou a fiscalização.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Governadores não querem redução do <u>ICMS</u> proposta pela Fazenda		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Estados do Centro-Oeste não aceitam queda para 4% do imposto

Chico de Gois

BRASÍLIA. Reunidos ontem com a presidente Dilma Rousseff, os governadores do Centro-Oeste informaram que, sem um generoso fundo de compensação, não concordam com a redução uniforme da alíquota do ICMS interestadual para 4%, proposta pelo Ministério da Fazenda dentro da minirreforma tributária. A opção preferencial dos estados seria uma queda intermediária do imposto. A alíquota atual de 12%, válida para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, cairia a 7%, e a de 7% que vigora para as regiões Sul e Sudeste passaria então a ser de 2%.

O governador Silval Barbosa, do Mato Grosso, afirmou que os estados só aceitariam os 4% propostos pelo Governo Federal se houvesse compensação pela União. Em reunião na semana passada, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, disse às 27 unidades da federação que a generosidade de um fundo de compensação pela queda do ICMS dependerá diretamente do tamanho da fatura a ser paga pela União na redivisão dos royalties do petróleo.

- Quatro por cento já é um prejuízo, mas até pode ser aceitável, se tiver uma clareza do fundo de compensação. Tem de ter as compensações para o desenvolvimento regional para não afugentar as empresas desses estados (do Centro-Oeste, Norte e Nordeste) para outros mais desenvolvidos - propôs Barbosa.

Para governador do DF, é preciso evitar guerra fiscal

O governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, lembrou que a reforma é necessária porque a guerra fiscal que vem sendo praticada no país é insustentável e provoca perdas ao Brasil como um todo. Mas Queiroz também cobrou compensações daqui por diante:

- Os estados do Centro-Oeste, que são exportadores, perdem com essa reforma e têm que ter uma compensação. Ajudar no desenvolvimento industrial dessa região seria uma compensação importante - disse ele.

Agnelo Queiroz disse que a guerra fiscal praticada no passado era uma forma de garantir investimentos nos estados. Embora o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha condenado esse tipo de competição, Queiroz defendeu que uma reforma tributária não cancele os incentivos já concedidos.

- Havendo a reforma tributária, (no caso dos) estados que já concederam incentivos para atrair empresas, (que) esses limites sejam mantidos e (que seja) convalidado o que já foi feito - disse Queiroz, que apoia a reforma fatia proposta pelo governo, uma vez que "o Brasil é um país heterogêneo, e não dá para tratar tudo de uma vez".

Os governadores também pediram à presidente Dilma Rousseff, como os do Nordeste já haviam feito, a alteração do indexador (Índice de correção) da dívida estadual do IGP-DI pelo IPCA (inflação da meta do governo), o que proporcionaria economia. Além disso, eles querem que o comprometimento da receita líquida para o pagamento dos débitos passe dos atuais 15% da receita líquida real para 9%. Dilma não disse se concorda, mas afirmou que o Ministério da Fazenda está fazendo estudos sobre o assunto.

	VEÍCULO AGÊNCIA CÂMARA	EDITORIA	
	TÍTULO Projeto Câmara Quer Te Ouvir está em <u>Manaus</u> nesta manhã		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A Ouvidoria da Câmara promove nesta manhã, em **Manaus (AM)**, a terceira audiência pública externa do projeto “A Câmara Quer Te Ouvir!”, que vai debater temas como meio ambiente, **Zona Franca de Manaus**, Copa do Mundo, homofobia, bullying, segurança pública, combate ao crack e fronteiras. Cada tema terá um deputado como moderador.

Segundo o presidente da Assembleia Legislativa do **Amazonas**, deputado Ricardo Nicolau (PRP), a opinião do cidadão é fundamental na elaboração das leis e na construção do futuro do Brasil. “Precisamos ouvir e levar para o debate questões pontuais e **importantes** para o **desenvolvimento** do nosso País. Nós, que estamos mais próximos do povo, sabemos a real necessidade da nossa região”, disse.

Para o ouvidor da Câmara, deputado Miguel Corrêa, a opinião do cidadão é fundamental para a consolidação da democracia no Brasil. “A participação popular, em um país democrático, é extremamente **importante** para o fortalecimento do país e do Parlamento, e jamais a sociedade pode deixar de se ouvida”, disse. “O objetivo das audiências

públicas externas é levar a Câmara dos Deputados à sociedade brasileira, ouvindo-a e incentivando-a a participar e a intervir nos temas de importância nacional”, completou o ouvidor.

Já foram realizados debates no Rio de Janeiro e em Natal (RN), e a intenção da Ouvidoria é realizar audiências em todas as capitais.

O debate ocorrerá na Assembleia Legislativa do **Amazonas**, das 9 horas ao meio-dia. Os interessados em participar do projeto podem enviar suas opiniões pelo e-mail ouvidoria.parlamentar@camara.gov.br ou pelo twitter [@ouvidoriacamara](https://twitter.com/ouvidoriacamara).

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Fazenda quer que Dilma vete pontos da LDO para 2012		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Um deles diz respeito à obrigatoriedade de o governo reduzir o déficit nominal a 0,87% do Produto Interno Bruto

Simone Cavalcanti

O **Ministério** da Fazenda vai defender que a presidente Dilma Rousseff vete alguns pontos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012, que foi aprovada essa semana pelo Congresso Nacional.

Um deles diz respeito à obrigatoriedade de o governo reduzir o déficit nominal (que indica que a economia de recursos públicos não foi suficiente para honrar as despesas e ainda pagar o montante total dos juro da dívida) para 0,87% do Produto Interno Bruto (**PIB**) até o final do próximo ano.

Entre janeiro e maio, esse resultado negativo ficou em 2,24% do **PIB**.

Portanto, para chegar ao objetivo proposto pelos parlamentares, exigiria ou um brutal corte de gastos ou que a taxa básica de juros, Selic, - que influencia a dívida recuasse fortemente, o que é inviável no ano em que o Banco Central quer trazer a inflação para o centro da meta, de 4,5%.

E é justamente esse último o argumento do secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, que considera que, da forma como o texto foi aprovado, o que se tem é uma meta de política monetária, ou seja, o ponto central para alcançar o percentual estabelecido é a variação negativa dos juros. "E meta de política monetária não me parece um desenho institucional que seja factível, principalmente neste momento", disse ao **Brasil ECONÔMICO**, ressaltando ser contra o fato de haver uma meta nominal e outra de primário (receitas menos despesas com o pagamento parcial de juros) sem dizer como elas se relacionam. "Não é esse nosso ponto de vista e não sugerimos essa formatação neste momento. Mas esse é um ponto que a presidente vai analisar. Será uma decisão dela", disse, lembrando que a sanção da LDO tem 30 dias para ocorrer. Augustin resalta que o governo trabalha com a ideia de chegar a ter um economia de recursos públicos tão maior

no futuro que possa ser possível pagar sempre os juros da dívida. "Mas é muito diferente ter um prognóstico de nominal e uma meta para nominal".

De acordo com avaliação da equipe de economistas do **Ministério** da Fazenda, esse objetivo só deverá ser alcançado ou no final ou apenas em um próximo governo. Tudo depende da conjuntura doméstica, mas principalmente, internacional.

Outro ponto que o Tesouro Nacional não viu com bons olhos foi a obrigatoriedade de aprovação pelo Congresso para que faça emissão de títulos, em especial, nas capitalizações do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) e do Fundo Soberano do **Brasil** (FSB).

No entendimento da área econômica, as colocações de papéis no **mercado**, sejam de que natureza for, não precisam de aprovação.

Investimentos

Por um lado, há descontentamento com travas que os parlamentares tentam impor, mas por outro, passou mais um ano pelo crivo do Congresso a possibilidade de o **Governo Federal** abater os investimentos feitos por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da meta de superávit.

Significa dizer que, em um período mais apertado para fechar as contas públicas poderá descontar até R\$ 40,6 bilhões do que foi gasto em obras.

O secretário do Tesouro afirma que isso é uma evolução. Argumenta que esse mecanismo privilegia os investimentos no país, pois segue uma lógica diferente das outras despesas. "Como os recursos do **PAC** não são passíveis de corte permite que, no primeiro dia de cada ano, os **Ministérios** já possam começar a trabalhar na gestão dos projetos relacionados".

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Cientistas querem nova legislação para ciência, tecnologia e informação		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Medida Provisória propondo critérios mais adequados às necessidades dos pesquisadores será enviada ao Congresso

GOIÂNIA, GO, 14 de Julho de 2011

ANA CELIA OSSAME

Mesa redonda, durante a 63ª reunião da SBPC, reuniu defensores de mudanças na Lei que vem causando entraves: a 8.666/93 (Divulgação)

Pesquisadores brasileiros defenderam, na 63ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), um novo marco legal para a Ciência, Tecnologia e Informação (C&T e I), que é regida hoje pela Lei das Licitações, a 8.666/93, causadora de verdadeiros entraves para o **desenvolvimento** da pesquisa no País.

Em mesa redonda na reunião, ocorrida na última terça-feira (12), o coordenador do Grupo de Trabalho criado para discutir o tema, advogado Breno Bezerra Rosa, da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (Sect), apresentou uma proposta de Medida Provisória na qual são sugeridos novos critérios mais adequados às necessidades dos pesquisadores.

Da mesa-redonda, realizada na Universidade de Goiás, participaram a presidente da SBPC, Helena Nader; o titular da Sect, Odenildo Sena, também presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti); o deputado federal Sibá Machado (PT-AC) e Mário Neto Borges, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

CONGRESSO NACIONAL

O esboço será encaminhado ao Congresso Nacional até o próximo mês de agosto, afirmou o deputado Sibá Machado, pedindo um esforço concentrado para a aprovação das

mudanças na lei que deixa os cientistas com as mesmas exigências feitas a uma empresa, por exemplo. Ele defende que as sugestões dos cientistas sejam apresentadas simultaneamente na Câmara e ao Senado e que as comissões de Ciência e Tecnologia de ambas as Casas sejam autoras da proposta.

A presidente da SBPC, Helena Nader, destacou que entre os diversos temas de maior relevância para o setor de C&T, três são mais urgentes, tendo em vista o impacto decorrente do ambiente legal. O primeiro é regime jurídico de compras, contratações e parcerias; o segundo o acesso à biodiversidade; e o terceiro a **importação** de insumos para a pesquisa.

“Queremos uma legislação voltada para a inovação”, disse Helena, citando que a Medida Provisória visa estabelecer regime jurídico especial para licitações e contratos realizados por Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e agências de fomento integrantes da administração pública da União, Estados, Distrito Federal e municípios.

A proposta visa alterar as normas para aquisição de bens e serviços por fundações de apoio credenciadas de acordo com a Lei nº 8.958, de 20/12/1994, e modificar a Lei nº 10.973, de 02/12/2004, no que se refere ao tratamento preferencial para aquisição de bens e serviços pelo poder público.

	VEÍCULO JORNAL DAS CALDAS	EDITORIA
	TÍTULO Delegação da Amazónia no CENCAL	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Visita guiada ao CENCAL

Uma delegação do Estado da Amazónia visitou no passado dia 5, nas Caldas da Rainha, várias empresas ligadas à cerâmica, no âmbito de um projecto de cooperação com o CENCAL – Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica para a dinamização do Pólo Cerâmico de Iranduba, uma cidade cerâmica da Área Metropolitana de Manaus, no Brasil.

O pólo cerâmico, que está localizado a 25 quilómetros de Manaus, nos municípios de Iranduba e Manacapuru, tem cerca de 30 indústrias cerâmicas instaladas que produzem diariamente perto de 4,5 mil toneladas de tijolos, telhas e blocos cerâmicos.

A visita deste grupo de brasileiros a Portugal insere-se num estudo que o CENCAL está a executar para a consolidação daquele pólo cerâmico. Neste encontro existe o objectivo de caracterizar as oportunidades comerciais para a produção cerâmica e igualmente dar um contributo para fazer o diagnóstico das oportunidades para a cerâmica artesanal naquela região brasileira.

Os elementos da delegação do Estado da Amazónia estiveram em Portugal de 3 a 7 de Julho, visitando várias empresas, escolas e instituições ligadas ao sector da cerâmica.

Alojados no Hotel Internacional nas Caldas da Rainha, começaram o seu percurso na Feira Internacional do Artesanato, em Lisboa. No dia 4 deslocaram-se à fábrica de tijolo Uniceram, no Ramalhal, e tiveram uma reunião no Instituto Universitário de Lisboa – IUL. O dia 5 de Julho foi em cheio nas Caldas da Rainha com a visita às Faianças Molde, à oficina de cerâmica da ESAD, aos ateliers de cerâmica das Caldas e à Braz Gil Studio Porcelanas. Depois de uma passagem aos ateliers/lojas cerâmicas em Óbidos terminaram o dia com uma visita guiada ao CENCAL.

No dia seguinte foram às Cerâmicas S. Bernardo em Alcobaça e ainda aos ateliers de pintura de azulejo e de cerâmica de autor em Alcobaça e Nazaré. No dia 7 a comitiva brasileira partiu para Espanha.

Na visita ao CENCAL e em declarações à imprensa local, Daniel Borges Nava, secretário de Estado de Mineração,

Geodiversidade e Recursos Hídricos da Amazónia, fez um balanço muito positivo dos locais que já tinha conhecido revelando que é uma boa oportunidade de um intercâmbio entre o Brasil e Portugal. “No Pólo Cerâmico de Iranduba apenas produzimos tijolo e telhas e a nossa visita a Portugal tem como objectivo conhecer a tecnologia portuguesa no sentido de vermos quantas oportunidades temos para diversificar essa produção”, disse Daniel Borges Nava.

Ciente da crise que o país atravessa, relatou que é nestes momentos difíceis que “temos que usar a criatividade”, acrescentando que “é uma boa oportunidade de utilizarmos o intercâmbio das nossas inteligências”.

O Secretário de Estado brasileiro referiu ainda que “temos um Pólo Industrial muito bem consolidado. Já possuímos a cultura industrial e agora pode ser para Portugal e para os empresários portugueses um novo pólo de investimento”.

Flávia Grosso, representante do Governo Federal (Superintendente da Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus), revelou que existe naquela região brasileira uma grande reserva de matéria-prima, não só de barro mas também de caulino de alta qualidade e que o objectivo é “pegar na tecnologia e a beleza da arte portuguesa e desenvolver um pólo cerâmico para se adicionar ao Pólo Industrial de Manaus que é de alta tecnologia e criar mais um segmento industrial de cerâmica”.

Esta responsável revelou que o Brasil está a passar por um ‘boom’ de construção civil, não só pelos projectos do Governo Federal de criação de casas para pessoas carenciadas mas também pelas Olimpíadas de 2016, um grande evento que vai decorrer no Brasil. “Nós precisamos de aproveitar o momento”, sublinhou a representante do Governo Federal que procurou com a visita ao país o “conhecimento da tecnologia portuguesa”.

A comitiva brasileira convidou todos os empresários das empresas que visitaram inclusive elementos da direcção do CENCAL, a estarem presentes no próximo mês de Outubro na Feira Internacional da Amazónia, a maior “montra” dos produtos produzidos na Amazónia.

	VEÍCULO PANORAMA ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Miriam Leitão		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Contas contadas

Três boas ideias foram incluídas nas regras que terão que ser obedecidas pelo governo para elaborar o Orçamento do ano que vem. As três correm o risco de ser vetadas pela presidente Dilma. Por elas, o governo tem que reduzir o déficit público; registrar toda a emissão de título do Tesouro na lei orçamentária; e limitar o aumento do gasto de custeio à elevação do investimento.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é uma espécie de moldura na qual o governo faz o Orçamento. Em tese, é ótimo: o Congresso determina que o governo prepare a proposta dos gastos do ano seguinte segundo aqueles princípios; o governo faz então o Orçamento e envia ao Congresso. Na prática, tudo é muito mais desorganizado e desrespeitado. Quem sabe um dia a peça orçamentária será de fato transparente, compreensível por todos os cidadãos pagadores de impostos, respeitada e livre de desvios. Quem sabe, um dia? Não custa sonhar que a democracia brasileira, apesar de todos os problemas que tem tido, será capaz de se aperfeiçoar.

Na LDO deste ano, deputados e senadores de oposição conseguiram aprovar propostas que podem tornar as contas públicas menos rudimentares. O senador Aécio Neves (PSDB-MG) conseguiu incluir uma emenda, estabelecendo que títulos da dívida emitidos pelo Tesouro Nacional terão que constar do Orçamento ou dos créditos adicionais, qualquer que seja a finalidade, forma de emissão ou despesa que esse título cobrirá.

Razoável e lógico. Se o governo se endivida em nome dos cidadãos, tudo tem que estar lá no Orçamento. Não existe uma dívida pública e uma dívida pública do B. Quando todos os gastos estiverem explicitados e toda a dívida estiver contabilizada, maior será a transparência dos gastos e compromissos do governo no uso dos impostos pagos por todos.

A explicação do senador é que hoje há risco de descontrole porque certos títulos não são registrados. "Nesta modalidade estão aqueles, por exemplo, emitidos para serem trocados por outros ativos financeiros, como os papéis da dívida do **BNDES**." Ele explica no texto da emenda que,

recentemente, a MP-526 autorizou a emissão dos títulos da dívida no valor de R\$55 bilhões. Isso não entra nem no Orçamento, nem nos créditos adicionais, porque é considerado uma troca de ativos, já que o banco emite um papel de sua dívida para o Tesouro. "Nesta operação, o orçamento fica às escuras", diz o texto da emenda.

Tudo fica às escuras, na verdade. Como supostamente o **BNDES** um dia pagará ao Tesouro, o endividamento não entra também na conta da dívida líquida. Nos últimos anos, foram R\$230 bilhões de dívida contraída para subsidiar o **BNDES**, e agora mais R\$55 bilhões. "Esta é uma iniciativa básica em favor do ordenamento fiscal, a que a economia do país não pode prescindir."

Em outra tentativa de evitar o descontrole, o Congresso aprovou que o governo tenha uma meta de déficit nominal - cálculo que inclui o gasto com o pagamento de juros - em 0,87%. Ou seja, o Congresso não está determinando que o governo tenha equilíbrio nas contas. Admite um pequeno déficit, mas obriga o setor público a reduzir o déficit atual, que é de 2,6%. Na verdade, o **Brasil** deveria ter agora - e ter tido no ano passado - déficit zero. Deve buscar o equilíbrio nos anos bons, para haver espaço para déficit nos anos difíceis; é isso que se chama de política contracíclica. O governo quis fazer política contracíclica quando foi a hora de ampliar os gastos para reduzir a recessão em 2009. Mas na hora de cortar e mirar o déficit zero, a política não tem defensores dentro do governo.

Outra ideia aprovada é a de que os gastos de custeio da máquina pública não possam crescer mais do que a ampliação do investimento. Sensato. Afinal, os investimentos é que têm que crescer, e não as despesas de custeio da máquina. A proposta é que não se inclua nesse limite educação, saúde e despesas de pessoal. Ou seja, não há nenhum radicalismo.

Se são boas ideias, o governo vai aceitá-las? Pior é que se dá como certo que serão vetadas pela presidente. Se o fizer, estará mais uma vez perdendo uma oportunidade. O próximo Orçamento será o primeiro que Dilma Rousseff fará em seu governo, já que o de 2011 foi feito no governo anterior. Ela poderia deixar uma marca de busca de

austeridade, mudança de parâmetros, inclusão de novos conceitos. Mas a má ideia de reduzir a frequência da divulgação dos dados sobre as obras do **PAC** foi recebida com entusiasmo. Em vez de relatórios a cada quatro meses, agora eles serão semestrais. Ideia proposta pela base do governo.

Digamos que a presidente entenda que estabelecer o déficit nominal em 0,87% amarraria muito o governo, porque se os juros subissem o superávit primário teria que subir para compensar. Então apresente uma proposta para que o país se mova do conceito de superávit primário, que está envelhecido, para o que é verdadeiramente **importante**, que é o resultado nominal. A meta precisa ser, mesmo que a médio prazo, levá-

lo a zero. Isso ajudaria a derrubar os juros e, portanto, o custo da dívida.

Não faz sentido algum que o governo se endivide para financiar bancos públicos, que vão usar esses recursos em empréstimos subsidiados, sem que o custo de tudo isso não esteja de forma clara, transparente, precisa na contabilidade pública e no Orçamento federal. Portanto, é boa a ideia do senador Aécio Neves. A democracia se aperfeiçoa exatamente assim: com o setor público prestando contas da forma mais exata possível do que faz - ou escolha deixar de fazer - com o dinheiro que é seu, meu, nosso.